

**(RE)CONSTRUINDO A HISTÓRIA DO ENSINO RURAL EM UBERLÂNDIA –
ESCOLA USINA RIBEIRO (FAZENDA SANTA TEREZA): 1936 - 1950.**

Tânia Cristina da Silveira¹ - UFU

Sandra Cristina F. de Lima²- UFU

O presente artigo tem como escopo apresentar a pesquisa que se encontra em processo de desenvolvimento sobre uma instituição de ensino rural, a escola Usina Ribeiro, no período de 1936 a 1950. Estudo que poderá ajudar a entender a educação do município, que no período delimitado se concentrava em sua maior parte no meio rural. Nesse sentido, pesquisar esta escola significa construir a história da educação desta modalidade de ensino que foi e continua sendo uma parte esquecida nos estudos e na sociedade brasileira.

Esta marginalização do ensino rural pode ser explicada pela própria representação de atraso deste espaço, que foi sendo construída a partir da república. O discurso republicano incidia sobre a inserção do Brasil na modernidade, e esta possuía como lema o desenvolvimento e o progresso, estes últimos estavam vinculados ao espaço urbano-industrial, fruto da visão européia de realidade. Fato que contribuiu na construção de um imaginário de atraso em relação à escola rural, em que a busca pelo moderno se encontraria na perspectiva de desenvolvimento das escolas urbanas.

Analisando a gênese do período republicano no país, ou seja, a Primeira República veremos que as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais nesse período ocasionaram modificações na forma de conceber a escolarização. NAGLE, 1974, denominou esse processo de Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico. Pode-se entender o Entusiasmo pela Educação como a preocupação em alfabetizar as grandes camadas populares a fim de atender às necessidades da nova sociedade brasileira rumo ao progresso. Com isso propõe-se a disseminação das instituições escolares e, como consequência, defendia-se o investimento em escolarização para formar o cidadão de maneira cívica e moral. A outra face do Entusiasmo pela educação refletiria os interesses políticos e religiosos. O primeiro defende a disseminação da escola primária com o objetivo de ampliar os direitos políticos (ou seja, constituir eleitores) e a segunda defende a instrução religiosa ou “doutrinação”. Diante desse contexto como se encontrava a escola

¹ - Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia

² - Professora orientadora.

rural? “No que se refere ao meio rural, o processo escolar continuou descontínuo e desordenado, como sempre fora” (LEITE, 2002, p.28).

Assim, já percebemos nesse período a desvalorização da educação rural uma vez que “[...] o homem do campo não precisaria de uma formação educacional qualificada como o homem da cidade” (ALMEIDA, 2005, p.281). Esta realidade se justificava pela própria estrutura sócio-econômica vigente. Ou seja, uma economia de base agrícola pautada no latifúndio e na monocultura e com técnicas de cultivo antigas para qual a produtividade não contava com as técnicas modernas de produção, não exigia assim nenhuma preparação da população camponesa, que não possuía também nenhum interesse pela escola.

Uma parcela da população urbana ao contrário, precisava da escola para ter condições, nem que fossem mínimas, de preparo para trabalhar nas poucas fábricas que existiam, além do que a escolaridade poderia permitir a esta população, no caso à classe média, uma ascensão social.

Entretanto, no final dos anos vinte o descaso com a educação rural se modifica um pouco, pois a alfabetização da população brasileira se encontrava na relação direta com a formação de um caráter nacional do povo brasileiro. Mas, cf. ALMEIDA, 2005, a educação rural no Brasil em geral continuou abandonada, os investimentos públicos eram destinados na maioria das vezes ao modelo urbano (ensino urbano). Assim as populações camponesas permaneceram desassistidas e afastadas das melhorias educacionais.

Cf. LIMA, 2004, em 1933 a Prefeitura de Uberlândia manteve seis escolas rurais para quatro urbanas, sendo que a partir do ano seguinte observa-se uma expansão do ensino rural, que em 1941 já contava com um total de vinte e quatro escolas rurais para três urbanas. No ano de 1947 as estatísticas revelaram um total de trinta escolas rurais em funcionamento, em que estavam matriculados 1.181 alunos.

O ensino no município de Uberlândia no período em apreço era praticamente rural, uma vez que sua economia estava organizada em bases agrícolas, pastoris e comerciais, havia então diversas propriedades rurais. Conforme pesquisa de Arantes:

Essas propriedades agrícolas pertencem aos criadores e agricultores que cuidam dos trabalhos rurais. Nas terras de cultura tratam-se de todas as lavouras de plantação e nos campos a criação de gados, formando a indústria propriamente pastoril. As fazendas do município ficam nas zonas da bacia do rio das Velhas. De leste para o oeste ficam as fazendas denominadas: Rocinha, Registro, São Francisco, Letreiro, Pombo, Olhos D'água, Lage, Tenda, Marimbondo, Buriti, Sobradinho, Mata Dos Dias e Pontal. Nas zonas centrais, na Bacia do Rio Uberabinha, partindo da nascente para oeste, ficam: Irara, Sucupira, Harmonia, Bom Jardim,

Campo Alegre, Óleo, Capim Branco, Machados, Martins e Rio Das Pedras. Ainda nas mesmas zonas ficam Palmas e Babilônia, na bacia desse rio. Nas zonas campestres, do sul, na bacia do rio Tijuco, partindo da sua nascente oeste, estão as fazendas Água Limpa, Estiva, Lageado, Paraízo, Panga, Douradinho e Barra. Dentro dessas fazendas ficam os sítios, que são pequenas propriedades, com outras denominações (ARANTES, 1938, p.42).

A fazenda Santa Tereza apesar de não estar citada na referência acima, possuía uma importância relevante no contexto econômico do município, uma vez que abrigava uma usina de açúcar, que à época, segundo um jornal era “[...] a mais importante das zonas. Os canaviais que fornecem canas para esse engenho cobrem mais de 25 alqueires de terra. O maquinário é movido a força elétrica, podendo produzir diariamente mais de 100 sacas de assucar” (A ESCOLA RURAL, 1934, p.03).

Esta fazenda estava localizada no distrito da Cidade, sendo que a mesma possuía uma escola que foi instalada no ano de 1936, com o nome de Escola Usina Ribeiro. O critério empregado na escolha desta escola incidiu no destaque econômico da referida fazenda que, segundo minha hipótese, a diferenciava das outras escolas rurais.

Além desse critério, outro fator que motivou a seleção da escola referiu-se à questão das fontes, no caso em questão valorizou-se a contribuição das fontes orais, uma vez que se mapeou algumas pessoas que tiveram envolvimento com a instituição e que poderão depois de entrevistadas contribuir com informações relevantes sobre o tema.

Assim, esta pesquisa pretende (re)construir a história desta instituição de ensino e apreender a cultura escolar que permeou a escola do município de Uberlândia no período de 1936 a 1950. Para tanto, será necessário: identificar o papel da escolarização na formação e preparação da população rurícola da fazenda Santa Tereza, uma vez que a mesma possuía um desenvolvimento econômico destacável pela sua usina de açúcar; apreender a cultura escolar subjacente à escola atentando para os significados atribuídos pelos sujeitos da educação (alunos, professores, gestores...) à escola e também analisar as interações existentes entre a cultura escolar e os elementos que conformam à cultura que perpassa o universo rural onde se instala a escola.

Os estudos sobre cultura escolar se inscrevem na perspectiva da história cultural. Esta vertente da história que, cf. BURKE, 2006, apropriou-se de conceitos da antropologia na formulação de seus princípios teórico-metodológicos. Especificamente o conceito de cultura, outrora concebido como sinônimo de “alta cultura” assume a formulação de diferentes modos de viver, pensar, agir de diversas sociedades em seus diversificados contextos.

Esta concepção de pluralidade de culturas possibilitou aos historiadores culturais o trabalho com diferentes métodos e objetos, tentando decifrar de outras maneiras as sociedades. Diferentemente de partir de grandes acontecimentos, e/ou grandes heróis, optou-se por relatos de vida, pequenos acontecimentos, estudo de um conjunto de práticas específicas. Estas práticas, no caso das instituições e especificamente as instituições educativas, constituem as práticas escolares e suas representações. Esta última que cf. CHARTIER:

Tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler [...] esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido (1990, p.17).

A instituição educativa faz parte da realidade social e também constitui esta mesma realidade, então a apreensão da cultura escolar torna-se fundamental, pois o ser humano constrói a sua realidade e apropria-se dos valores, normas, enfim das condutas em que o espaço-tempo de sua existência assim o requer. De acordo com JULIA, 2004, podemos entender a cultura escolar como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (p.10).

Neste sentido, JULIA, 2004, elege três eixos que segundo ele, parecem vias interessantes de ser seguidas, pois favorecem o entendimento da cultura escolar, “[...] a primeira via seria interessar-se pelas normas e pelas finalidades que regem a escola; a segunda, avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador; e a terceira, interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares” (p.19).

As normas e finalidades que regem a escola, dizem respeito aos textos reguladores e aos projetos pedagógicos, ou seja, o plano ideal traçado, para que a instituição escolar seguindo-o cumpra sua função. No cumprimento de sua função a escola necessita do educador, sendo importante então analisar sua profissionalização bem como o conteúdo por ele ensinado e suas práticas cotidianas como também de seus alunos na aquisição desses conteúdos.

A História das instituições educativas tem se mostrado como uma importante área no conhecimento e elucidação da realidade educacional em diferentes espaços e tempos. Assim, as análises em História da Educação das instituições escolares tornam-se mais significativas uma vez que valorizam a singularidade, a especificidade, num diálogo com o caráter plural e geral, tendo em vista “resgatar o processo de escolarização instaurado” (ARAÚJO & INÁCIO FILHO, 2005, p.166).

Segundo MAGALHÃES (s.d.), a problematização da instituição educativa com seu contexto sócio-cultural, as indagações, e ainda a (re)construção das representações simbólicas das práticas educativas, vão conferir à escola uma identidade histórica. Nesse sentido, entendemos que o estudo da instituição escolar não será descritivo, mas interpretativo num vai e vêm entre presente/passado; local/regional/nacional, abarcando e compreendendo a dimensão das relações internas da instituição, bem como desta com a sociedade em que se insere.

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, s.d. p.02).

A contextualização espacial e temporal da instituição a ser analisada permite o entendimento da realidade social mais ampla, ou seja, a visão macro. Contudo, diferente de homogeneizar a realidade escolar institucionalizada, concebendo as instituições como meras executoras de planos educacionais concebidos quase sempre de cima para baixo, a investigação da cultura escolar permite a visão micro, concebendo a escola como um ambiente dinâmico, que vivencia experiências possíveis bem como conflitos, resistências, tensões por parte dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo.

Sendo assim, podemos pensar num possível “descortinamento” da instituição educativa, o que implica entender a educação institucionalizada muito além dos projetos políticos e pedagógicos instaurados. Significa atentar para a interioridade da instituição com a intenção de reconstruir as práticas e vivências dos professores, alunos; com seus habitus e saberes.

Assim, no desenvolvimento do processo educativo escolar, subjacente ao ideal está o real, no sentido de que a própria instituição bem mais que o cumprimento de regras e

normas para quais finalidades sejam, desenvolve sua própria cultura que direta ou indiretamente influi na sociedade na qual se insere.

Na investigação sobre esta cultura escolar pretende-se buscar a cultura material da escola Usina Ribeiro, o que concorrerá para o entendimento do contexto educacional rural uma vez que a “[...] educação rural converge para o contexto no qual ela se manifesta, considerando-se a realidade campesina a partir de uma estrutura sócio-cultural e econômica bastante distinta dos outros agrupamentos humanos” (LEITE, 2002, p.13).

O contexto, então, representa o locus em que se realiza o processo educativo, “[...] expresso numa cultura material que, simultaneamente, traduz as concepções de uma sociedade e manifesta as condições em que puderam ocorrer” (FELGUEIRAS, 2005, p.94). Ainda segundo a autora:

Se as idéias e teorias pedagógicas podem ser conhecidas através de escritos, às rotinas do cotidiano escolar e das vivências da condição de criança, de aluno/ a e de professor terão de ser investigadas através das memórias e materiais a elas associados (p.92).

Esta cultura material na escola se manifesta,

[...] pela concretude não só dos objetos, que precisam ser investigados a partir desse suporte material, sem se deixar cair na tentação da interpretação objetiva, neutra, do que seria pretensamente a verdadeira natureza das atividades escolares (ABREU JÚNIOR, 2005, p.146).

A educação reflete e produz os valores e ideais da sociedade. Esses são incorporados ao processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano em geral, tendo em vista promover sua integração às necessidades políticas, sociais, econômicas e culturais nos diversos setores de uma determinada sociedade. Contudo, existem tipos e formas educacionais diferentes, sendo que a educação rural é uma delas.

Pensar a escola rural é pensar o homem rural, seu contexto, sua dimensão como cidadão, sua ligação com o processo produtivo. É questionar sua ligação direta com a qualificação profissional e seu grau de comprometimento e interferência na formação sócio-política dos rurícolas e a forma como tem acompanhado as transformações ocorridas no campo (LEITE, 2002, p.14).

Nesse sentido, a compreensão do contexto histórico no qual se insere a instituição possibilita apreender uma multiplicidade de fatores que interferem na organização e funcionamento da escola. Até 1930, a estrutura do ensino existente nunca estivera organizada à base de um sistema nacional de educação, não havia ainda uma política

nacional de educação. Durante o 1º governo de Getúlio Vargas são dados os primeiros passos em direção à unificação. Assim, em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública com as atribuições de administração e direção da educação nacional e em 1931 foi implantada a reforma Francisco Campos.

A reforma Francisco Campos estruturou organicamente o ensino secundário, comercial e superior, ou seja, atentou preferencialmente para a organização do sistema educacional das elites. O que cf. ROMANELLI, 1986, marginalizou o ensino primário, uma vez que “A obrigatoriedade de se prestarem exames para admissão ao ensino médio, nos quais se exigiam conhecimentos jamais fornecidos pela escola primária, importava em reconhecer a nulidade desta” (p.141).

No contexto em que foi implantada a reforma Francisco Campos, a maioria da população vivia na zona rural e era analfabeta, a escolarização desta camada social que deveria ser contemplada pela reforma, continuou marginalizada, ao contrário da elite que foi privilegiada pelas mudanças.

Travou-se então a luta pela democratização do ensino, tendo como principais expoentes os renovadores da educação que, através do seu Manifesto dos Pioneiros, preconizavam uma educação laica, gratuita, obrigatória e igual para ambos os sexos. Esse Manifesto escrito por Fernando Azevedo foi publicado em 1932 e assinado por 26 educadores brasileiros. Sua tônica incidia sobre a defesa da escola pública, em que cabia ao Estado proporcionar a educação como um direito de todos, sem privilégio de classe.

Era uma crítica ao sistema educacional vigente, que se pautava numa estrutura dual: o ensino primário e profissional, para a classe pobre, e o ensino secundário e superior, para a classe rica. Neste sentido, a inflexibilidade entre os ramos secundário e profissional, intensificada pela reforma Francisco Campos, era a responsável por tal dualismo no sistema educacional brasileiro. Assim o Manifesto propunha uma outra estrutura para o sistema, articulando o ensino primário ao secundário, com uma base comum de três anos e um ensino diversificado (intelectual e manual).

Além do Manifesto preconizar a educação como um direito individual e um dever do Estado, ela também deveria ser laica. Tal pressuposto se insere numa nova concepção de educação, amparada na psicologia, que percebe o educando com seus interesses, aptidões, ou seja, como o centro do processo pedagógico. Também neste sentido deveriam prevalecer as diferenças psicológicas gerais e não as sexuais.

A constituição de 1934 instituiu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Enquanto a constituição de 1937 foi enfática na questão do ensino

profissional (destinado aos menos favorecidos), uma vez que a prioridade central consistia na instalação de um processo industrial de base, ideário do governo Vargas. Este ideário tinha na escolarização urbana o suporte para a industrialização, assim o processo da educação escolar rural não sofreu modificações permanecendo,

[...] Comprometido com a manutenção do “status quo”, contribui para uma percepção viesada da contradição cidade-campo como algo “natural”, concorrendo conseqüentemente para sua perpetuação. Ao que parece, a grande “missão” do professor rural seria a de demonstrar as “excelências” da vida no campo, convencendo o homem a permanecer marginalizado dos benefícios da civilização urbana (MAIA, 1982, p.28).

Em 1937, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, que possuía o objetivo de expandir o ensino, alfabetizando o grande número de analfabetos que residiam na zona rural. O que nas entrelinhas significava fixar o homem no campo, evitando sua migração para os centros urbanos, o que poderia ter como conseqüência a diminuição da produção agrícola brasileira. Além disso, continuava prioridade a uniformização da nação inculcando os princípios nacionalistas de disciplina e civismo e legitimando o poder da ditadura do Estado.

Em 1942, por iniciativa do então ministro Gustavo Capanema, foram promulgadas as Leis Orgânicas que foram reformas parciais, que além de abrangerem o ensino médio (engajamento na qualificação profissional para as indústrias) abrangeram também o ensino primário.

O decreto-lei promulgado em 1946 traçava as diretrizes para o ensino primário que até então era de responsabilidade dos estados que o organizavam conforme seus interesses políticos. Através deste decreto houve a estipulação de contribuição que os estados, Distrito Federal e municípios deveriam reverter para o Fundo Nacional do Ensino Primário.

Esta discussão sobre o ensino primário se faz pertinente, uma vez que as escolas rurais se caracterizavam por desenvolver o curso “elementar das primeiras letras”. Somente com a Lei Orgânica do Ensino Primário em 1946, que este grau de ensino contou com suas diretrizes centrais. Até então cada estado era responsável pela sua organização, e na maioria das vezes passava esta responsabilidade para seus municípios.

Observamos assim, que o ensino rural no decorrer do período pesquisado teve uma expansão significativa, que pode ser justificada pela estrutura agrícola a que estava alicerçado o município; apesar da concepção estabelecida de progresso vinculada ao urbano que perpassava o ideário da época.

Na (re)construção da história da escola rural Santa Tereza, faz se necessário algumas interrogações:

- ◇ Qual o objetivo da escola rural Santa Tereza na escolarização de seus moradores?
- ◇ Devido ao desenvolvimento industrial da fazenda Santa Tereza, a função de sua escola era diferenciada das outras escolas rurais?

A investigação utilizará de fontes bibliográficas com o intuito de contextualizar a instituição rural e sua relação com o período social, político, econômico e cultural do município, bem como o de comparar o ensino rural do município com a realidade regional, estadual e nacional. Também serão utilizadas como fontes: a imprensa, documentos oficiais, materiais pedagógicos utilizados pelos sujeitos envolvidos no processo educativo escolar.

Da imprensa serão utilizados jornais e revistas do período em apreço, pertencentes à Coleção Professor Jerônimo Arantes (CPJA), e demais documentos que compreendem o inventário da Prefeitura Municipal de Uberlândia, todos depositados no Arquivo Público de Uberlândia (APU). Há uma grande variedade de tais fontes, principalmente os jornais, pois houve um número considerável de jornais de curta e longa duração no município, dentre eles podemos citar o “Diário de Uberlândia”, o qual relatou as dificuldades pelas quais passavam as escolas rurais do município, desde a precariedade de seus edifícios, como também- quando existiam- de seus mobiliários e materiais didáticos.

Quanto aos documentos oficiais, serão utilizados: atas do Poder Legislativo; atas e relatórios de inspeção; livros de matrículas; diários de classe também depositados no Arquivo Público de Uberlândia, e que trazem referências à escola Usina Ribeiro.

No que concerne aos materiais pedagógicos serão utilizados cadernos de alunos, provas. As entrevistas orais com ex-alunos, ex-professores e outros envolvidos no processo de um modo geral, também serão empregados como fonte, pois,

Resgatar o passado plurifacetado da escola, produzido por diferentes atores sociais, exige um trabalho de elaboração e procura de fontes, não só nos arquivos, mas também junto de pessoas, despertando recordações, recolhendo materiais pessoais, pedindo auxílio para interpretar outros, existentes nas escolas, na mais diferentes situações, muitas vezes em degradação ou em risco de se perderem completamente (FELGUEIRAS, 2005, p.88).

Desse modo, acreditamos ser possível (re)construir a cultura escolar que permeou a escola Usina Ribeiro no município de Uberlândia no período de 1936 a 1950.

FONTES

ARANTES, Jerônimo (1938). *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia, 1ª edição, Pavan.

AUDITÓRIO por um grupo de alunos (1934). *A Escola Rural*. Ano I, nº 3. Uberlândia, 15 de Julho p.03.

FAGUNDES, Abel (1936). A Bibliotheca e a Imprensa na Escola Rural. *Diário de Uberlândia*. Ano I, nº 52. Uberlândia, 26 de maio, p.02.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes (2005). Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. *Pro-Posições*, v. 16, nº 1, Jan./ abr. p. 145-164.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt (2005). A educação rural como processo civilizador. In: *Histórias e memórias da educação no Brasil*. STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

BURKE, Peter (2005). *O que é história cultural?* Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CHARTIER, R. (1990). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: DIFEL.

FELGUEIRAS, Margarida Louro (2005). Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. *Pro-Posições*, v. 16, nº 1(46) – Jan./ abr.

GATTI JÚNIOR, Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs) (2004). *História da Educação em Perspectiva; ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados.

JULIA, Dominique (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 1, Jan./Jun. p. 09-43.

LEITE, Sérgio Celani (2002). *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de (2004). *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos de 1919 a 1961*. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas, SP.

MAGALHÃES, Justino (s.d.). *Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo*. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, (Mimeografado).

MAIA, Eny Marisa (1982). Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos. *Em Aberto*. Brasília, INEP, 1(9): 27-33.

NAGLE, Jorge (1974). *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo, EPU/ Rio de Janeiro: FNME.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira (1986). *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.